

Postos avançados terão atendimento reduzido

Órgão Informativo da Associação de Aposentados e Anistiados da Petrobras - ASTAPE-RJ - Exemplar Gratuito

FILIADA A FENASPE

JANEIRO - 2018

ASTAPE



Fala Presidente Genobre Gomes Lima



Crise na Petrobras

Crise na Petrobras foi inventada para justificar venda de ativos, diz Oliveira. Após a descoberta do pré-sal, a empresa passou a ser o principal objeto da cobiça das grandes petroleiras.

Muito se fala que a situação de caixa da Petrobrás está delicada, o que serve de argumento para que a estatal empreenda uma verdadeira liquidação de ativos, subsidiárias e participações em importantes projetos, numa espécie de privatização branca. Mas de acordo com o economista aposentado da própria estatal, Cláudio Oliveira, o cenário das finanças da Petrobrás não é nada catastrófico, como vem sendo alardeado nos últimos anos. “A mentira foi espalhada por todo o Brasil, conquistando a opinião pública, principalmente com o surgimento dos impairments, as Perdas geradas pela reavaliação do valor recuperável de ativos, lançados no balanço, causando elevados prejuízos contábeis. Não que a prática estivesse totalmente equivocada, mas levou muitos leigos a entender que realmente a empresa tinha problemas financeiros quando, na realidade, são ajustes contábeis que não afetam o caixa da companhia”, detalhou Oliveira.

O economista explicou que a Petrobrás é uma empresa com grande capacidade de geração operacional de caixa acima dos US\$ 25 bilhões, nos últimos cinco anos. “Só por estes números é possível afiançar que a Petrobrás, que tem uma dívida líquida inferior a US\$ 100 bilhões, não tem problemas na sua administração e portanto não existe necessidade de se desfazer de ativos”, acrescentou.

Como o senhor avalia a estratégia de desinvestimentos da Petrobrás?

Para entender melhor, é preciso voltar um pouco no tempo. Na última Assembleia Geral de Acionistas (AGE) da Petrobrás, realizada nesta última sexta-feira (15), a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), na qualidade de acionista minoritário, e exercendo seu direito de fiscalização, se posicionou totalmente contrária ao atual plano de desinvestimentos. Lembrou que quando Pedro Parente era presidente do Conselho de Administração da Petrobrás (1999/2003), foram tomadas diversas decisões contrárias aos interesses da companhia, como a venda de 36% das ações da empresa na Bolsa de Nova Iorque a preço vil, e iniciado um processo de privatização da empresa, que quase teve o seu nome mudado para Petrobrax. Em seu voto, a AEPET denuncia que o atual plano de desinvestimentos já causou perdas de R\$ 200 bilhões à Petrobrás.

O fato é que, após a descoberta do pré-sal, a empresa passou a ser o principal objeto da cobiça das grandes petroleiras mundiais, que se encontram em situação de penúria, com acentuada queda de suas reservas e receitas. Para se manter equilibrada na bolsa de valores, a Chevron, que em 2016 apresentou um prejuízo de US\$ 500 milhões, efetuou distribuição de dividendos de US\$ 4 bilhões. A Exxon, maior petroleira mundial, apresentou um lucro de US\$ 7 bilhões, mas fez uma distribuição de US\$ 12 bilhões em dividendos. Pasmem, estas empresas estão pegando empréstimos para pagar dividendos. É um suicídio financeiro. Esta situação das grandes petroleiras é o pano de fundo de tudo que ocorre hoje na Petrobrás. Para elas, o pré-sal brasileiro é a tábua de salvação. A única esperança visível.

Algumas revelações mostraram a forte interferência. O jornalista Glen Greenwald noticiou a negociação do governo Temer para entrega do pré-sal e da Petrobrás para o cartel multinacional. Tivemos as conversas de Serra com a Chevron detalhadas pela Wikileaks. Mais recentemente, vimos a revelação do jornal britânico “The Guardian” sobre o lobby montado pela Shell, dentro do

governo brasileiro, para a elaboração de leis absurdamente favoráveis ao cartel. O lobby gerou a MP 795/2017, uma renúncia fiscal de R\$ 40 bilhões por ano ou R\$ 1 trilhão em 25 anos, além da liberação do conteúdo local, transferindo empregos e renda que seriam criados no Brasil para o exterior.

No Brasil, estas grandes petroleiras ganharam também o apoio de importante parte da mídia, que há vários anos trabalha para desmoralizar a Petrobrás e o pré-sal. Em 2008, Carlos Alberto Sardenberg em artigo dizia: “O pré-sal só existe na propaganda do governo”, esclarecendo que em diversas partes do mundo este tipo de área havia sido pesquisado sem sucesso. Em 2009, Miriam Leitão reconheceu “O pré-sal existe mas a Petrobrás não tem tecnologia para retirar petróleo nestas profundidades”, e concluía dizendo que a Petrobrás precisaria de apoio tecnológico de outras petroleiras. A Petrobrás desenvolveu suas tecnologias sem apoio externo e mostrou ser possível extrair petróleo no pré-sal.

Em 2011, Miriam Leitão dizia que a Petrobrás podia retirar petróleo no pré-sal, mas o custo era muito alto. O negócio era economicamente inviável. A Petrobrás desenvolveu novas tecnologias, ganhou muitos prêmios internacionais e diminuiu o custo de extração a um nível que nenhuma grande petroleira conseguia chegar. Viabilizou o negócio. Evidentemente, este fato criou um pânico na mídia. E agora, o que fazer ?

Mas em 2015, com uma elevada oscilação cambial, a dívida da Petrobrás em reais cresceu muito e serviu de motivo para a criação da mãe das mentiras: “A Petrobrás tem sérios problemas financeiros. Tem uma dívida impagável”. A mentira foi espalhada por todo o Brasil, conquistando a opinião pública.

Problemas financeiros? Então vamos dar uma olhada nos dados dos últimos cinco (2012/2016) balanços auditados e publicados pela empresa:

	2012	2013	2014	2015	2016
Saldo de caixa					
US\$ bilhões	13,52	15,87	16,66	25,06	21,20
Geração Operacional de Caixa					
US\$ bilhões	27,04	26,30	26,60	25,90	26,10
Liquidez Corrente	1,7	1,5	1,6	1,5	1,8

Não é preciso ser analista de balanços para verificar que uma empresa com estes números não tem, nem nunca teve, problemas financeiros. No final de abril de 2016, Carlos Alberto Sardenberg publicou um artigo divulgado em todo o Brasil pelas afiliadas da Globo, com a seguinte afirmativa: “Quebraram a estatal. A Petrobrás só não fez ainda um acordo judicial porque é uma empresa estatal. Mas para sobreviver vai precisar de recursos do tesouro”. O que ocorreu foi exatamente o inverso. No final de 2016, a Petrobrás adiantou R\$ 20 bilhões para o BNDES, aliviando o caixa do banco. Ao mesmo tempo, um crédito de R\$ 16 bilhões que a empresa tem junto à Eletrobrás é mantido em “banho maria”. Mesmo assim, a companhia terminou o ano com mais de US\$ 20 bilhões em caixa.

Naturalmente, Carlos Alberto Sardenberg não se retratou, e o que ficou como verdadeiro para a opinião pública brasileira foi sua falsa e irresponsável notícia. Mas a imagem da Petrobrás ficou ainda mais abalada depois das revelações da Lava Jato, mostrando o envolvimento de chefes partidários (PT e PMDB) com funcionários da empresa num processo de corrupção envolvendo altíssimas quantias. É claro que entendemos que todos os responsáveis pelas falcatruas devem ser punidos e, se possível, os recursos roubados devolvidos para a empresa. O que não podemos aceitar é que estes fatos sirvam para acobertar erros ainda maiores.

Juntaram-se a tudo isto, as revelações da delação da JBS, incriminando o presidente Temer e principalmente Aécio Neves. Foi a gota d’água para a desesperança dos brasileiros que não acreditam em mais nada. Tudo uma grande desgraça para a nação brasileira, mas uma grande oportunidade para os vendilhões-da-pátria que se aproveitaram da situação para atuar praticamente sem nenhuma contestação.

O estratégia de desinvestimento da Petrobrás tem por objetivo transformá-la numa empresa insignificante. Todos sabem da importância das petroleiras manterem atividades integradas (do poço ao posto). Assim, atuam todas as grandes petroleiras do mundo. O preço do petróleo é muito oscilante e quando a empresa não pode lucrar com o óleo, lucra com o refino ou o transporte. Durante a guerra do Golfo, por exemplo, o preço do transporte se tornou três vezes mais caro que o preço do petróleo.

Uma empresa só vende ativos lucrativos por extrema necessidade de caixa. O que não é o caso da Petrobrás. Pelo contrário. Hoje a Petrobrás está vendendo ativos que rendem mais de 20% ao ano (NTS, Liquigás, Gaspetro etc.) para antecipar amortização de empréstimos que custam 7% ao

ano. Que lógica é esta? Uma empresa que mantém em caixa mais de US\$ 20 bilhões. Pior ainda. As vendas estão sendo feitas a toque de caixa, sem licitação e a preço de banana, como já denunciado por diversas entidades (Febrageo, Asmrig, Aepet etc.)

Portanto, a política de desinvestimento da Petrobrás é uma parte deste processo de entrega do pré-sal e desmonte da petrolífera brasileira. É parte do plano de ação de um governo de colonizadores, que só pensa em explorar o país e seu povo. Em nenhum momento, pensa no seu desenvolvimento.

Existem outras formas da Petrobrás reduzir seu endividamento sem se desfazer de ativos importantes?

Toda empresa em processo de investimento de qualquer natureza (implantação, diversificação, aumento de produção etc.), avalia a oportunidade de utilização de recursos de terceiros. Se o custo do endividamento for adequadamente inferior ao retorno que o projeto vai proporcionar, é indicada a utilização de recursos de terceiros. A isto se dá o nome de alavancagem.

Ocorre que enquanto o projeto está em fase de implantação, não são gerados recursos para cobrir os encargos da dívida. Geralmente projetos industriais tem um prazo de implantação que gira em torno de dois a quatro anos. Para atender estas necessidades, os agentes financiadores passaram a conceder prazos de carência para o início da amortização da dívida. No período de carência, a empresa paga só os juros sobre o empréstimo.

Plataforma P-33No mercado financeiro atual, o prazo máximo de carência concedido pelas instituições gira em torno de quatro anos. Acontece que na área de petróleo, a maturação dos projetos chega a levar dez anos. Ou seja, a dívida começa a vencer sem que o projeto tenha iniciado a gerar caixa. Como resolver esta situação? Ora, neste caso a empresa, tem de buscar rolar a dívida até que o projeto inicie a geração de caixa.

A dívida da Petrobrás foi gerada no período de 2010 a 2014, época em que a empresa investiu mais de US\$ 200 bilhões (média superior a US\$ 40 bilhões ano). Portanto, é de se esperar que o caixa gerado por estes investimentos tenham início em torno de 2020.

A Petrobrás é uma excepcional geradora de caixa. Como vimos na Tabela 1, a Geração Operacional de Caixa (GOC) da empresa nos últimos cinco anos sempre esteve acima de US\$ 25 bilhões. Em 2016, a GOC da companhia – no valor de US\$ 26,10 bilhões – foi superior à de todas as grandes petrolíferas do mundo: Exxon (US\$ 22,10 bilhões); Shell (US\$ 20,62 bilhões), Chevron (US\$ 12,90 bilhões) e BP (US\$ 10,69 bilhões).

Para verificar a capacidade de geração de caixa de cada empresa, vejamos a Tabela 2, que compara a GOC com a receita bruta das petrolíferas

Tabela 2 – 2016 (US\$ bilhões)

	BR	Chevron	Shell	Exxon	BP
Receita bruta	102,90	110,20	233,59	266,10	183,01
GOC	26,10	12,90	20,12	22,10	10,69
Relação	25%	12%	9%	8%	6%

Em capacidade de geração de caixa, a grande petrolífera que mais se aproxima de nossa estatal (com 25%) é a Chevron, a qual obteve menos da metade da capacidade da Petrobrás (12%).

Só por estes números é possível afirmar que a Petrobrás, que tem uma dívida líquida inferior a US\$ 100 bilhões, não tem problemas na sua administração e portanto não existe necessidade de se desfazer de ativos.

Se olharmos o quadro de Usos e Fontes, do Plano de Negócios e Gestão – PNG- 2017/2021, elaborado pela atual administração, vamos ver que para estes cinco anos é projetada uma GOC de US\$ 158 bilhões (já pagos os dividendos). Ou seja, uma média anual superior a US\$ 30 bilhões. Significa dizer que na ponta (2021), a GOC deverá estar girando em torno de US\$ 35 bilhões. Esta GOC deverá ser ainda muito maior a partir de 2022, com entrada em operação plena de novos campos.

O próprio Usos e Fontes do PNG 2017/2021 é um atestado da incoerência da administração da companhia, pois registra a venda de US\$ 19 bilhões em ativos, mas mantém US\$ 20 bilhões em caixa. Por outro lado, não faz nenhuma rolagem de dívida.

Os direitos que a Petrobrás tem no pré-sal por lei, mesmo já tendo sido muito dilapidados, aliado a tecnologia de exploração desenvolvida pela companhia, são a garantia para que não haja falta de recursos.

A prova disto é que nos últimos anos, todas as vezes em que a Petrobrás foi ao mercado, se pedia 3 eram oferecidos 10, se pedia 5 eram oferecidos 20. Sempre com custos cada vez mais baixos.

Mas a grande meta apresentada no PNG 2017/2021 é o atingimento do índice de alavancagem 2,5, obtido pela divisão da dívida líquida pelo Ebitda ajustado (geração de caixa) ainda em 2018. Isto é feito para forçar a necessidade de vendas de ativos, pois o indicador 2,5 deve ser obtido naturalmente quando os investimentos feitos começarem a gerar caixa, o que vai ocorrer a partir de 2020. Trata-se, portanto, de um embuste.

Quais consequências a Petrobrás terá no futuro com a política de desinvestimentos?

Em recente artigo, o diretor da AEPET, Fernando Siqueira, comenta: “Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – ALERJ, onde o Sr. Pedro Parente foi convidado a comparecer para esclarecer estas vendas de ativos. Parente se recusou, obteve uma liminar na justiça para não comparecer e não fornecer dados dessas operações. Ora, um presidente de uma estatal da importância da Petrobrás para o país, não pode se recusa a prestar esclarecimentos, a menos que tenha muita coisa a esconder. A Lei da Transparência está sendo fortemente desrespeitada.”

Pedro Parente só faz pronunciamentos e dá entrevistas em ambientes e para pessoas previamente selecionadas. Das cartas que periodicamente ele envia aos petroleiros não é permitida a confecção de cópias e muito menos aceitos questionamentos. E ele chama isto de diálogo.

A política de desinvestimento faz parte da estratégia de transformar a Petrobrás numa exportadora de óleo cru de terceira categoria. O mercado brasileiro de derivados de petróleo vai ser entregue à sanha do capital estrangeiro.

Hoje fala-se, sem constrangimento, que as refinarias Premium que a Petrobrás ia construir no Nordeste, cujas obras foram abandonadas, consideradas inviáveis, deixando um prejuízo para a companhia de R\$ 2,7 bilhões, agora vão ser construídas pelos chineses.

A do Maranhão, num investimento de US\$ 10 bilhões vai consumir 650 mil barris de petróleo por dia. A do Ceará, num investimento de US\$ 5 bilhões, vai consumir 300 mil barris de petróleo por dia. Os derivados produzidos vão ser vendidos no mercado brasileiro. E, acreditem, o petróleo para

suprir as refinarias virá do Irã. Ou seja, o Brasil vai se tornar mercado cativo para 950 mil barris dia de óleo do Irã. Segundo informações divulgadas, tudo já está aprovado pelo governo Temer com a anuência de Pedro Parente.

fpso solAté lá, naturalmente, a lei de partilha que dá ao estado brasileiro o direito de determinar o destino do petróleo produzido no pré-sal, terá sido revogada, como prometeu José Serra. As petrolíferas estrangeiras poderão dar o destino que bem entenderem ao petróleo produzido no pré-sal, como ocorre no regime de concessão.

Sairemos do modelo Norueguês para o modelo Nigeriano na exploração do petróleo. E o que será feito da Petrobrás? Bem, a esta altura, a Petrobras não significará mais nada dentro da economia brasileira e poderá ser privatizada, sem que ninguém reclame.”

Sobre o desempenho financeiro da empresa ao longo deste ano, qual sua avaliação?

O ex-presidente Bendini, quando transferiu o cargo para Pedro Parente, em meados de 2016, informou: “Estou entregando uma empresa com mais de R\$ 100 bilhões em caixa”. Ao cambio da época, equivalia a mais de US\$ 28 bilhões. O maior caixa da história da companhia. Como já disse, a Petrobrás sempre foi uma excepcional geradora de caixa e esta capacidade ainda não foi perdida o que, por si só, é uma garantia de tranquilidade financeira. Mas a empresa, que iniciou o ano com mais de US\$ 21 bilhões em caixa, tem ainda de considerar que dos US\$ 13 bilhões de vendas de ativos efetuadas em 2016, somente US\$ 2 bilhões foram recebidos naquele exercício, restando a receber ainda US\$ 11 bilhões. Não podemos nos esquecer ainda dos R\$ 16 bilhões de créditos que a empresa tem com a Eletrobrás e o acerto de contas da Cessão Onerosa, que ao que tudo indica vai trazer novos recursos para a companhia.

Portanto, a situação financeira da Petrobras em 2017 é fantástica. Mas isto não é de agora. Se compararmos os números da Petrobrás com os da maior petrolífera do mundo, a Exxon, temos o seguinte.

Saldo de caixa final do ano US\$ bilhões:

	2012	2013	2014	2015	2016
Exxon	9,58	4,65	4,62	3,71	3,65
BR	13,52	15,87	16,66	25,06	21,20.

Liquidez corrente:

	2012	2013	2014	2015	2016
Exxon	1,0	0,8	0,8	0,8	0,9
BR	1,7	1,5	1,6	1,5	1,8

Notem que a situação financeira da Petrobrás sempre foi, de longe, muito mais confortável que a da Exxon. A Exxon, que tem uma receita mais de 2,5 vezes superior à da Petrobras (vide Tabela 2) mantém um caixa muito mais baixo. Este é um claro problema de administração financeira. E sabem que a Standard & Poors atribui à Exxon o grau AAA (grau máximo) sendo que para a Petrobrás é dado um grau treze níveis abaixo B+ (grau de risco).

Com relação ao resultado econômico (Lucro/Prejuízo) Pedro Parente, que recebeu carta branca na administração da empresa, pode conduzir os números da forma que bem entender. A Petrobrás tem diversas questões trabalhistas, tributárias e societárias, no Brasil e no exterior, que envolvem bilhões de dólares. Considerações subjetivas, nem sempre claras, podem aumentar ou reduzir provisões bilionárias, afetando o resultado da companhia. Os próprios “impairments” são altamente contestados em processos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e também podem sofrer estornos.

fupPortanto Pedro Parente, como presidente e responsável pela indicação dos membros do Conselho de Administração da companhia, tem um poder incompatível com sua condição de sócio fundador da Prada Consultoria, empresa que administra grandes fortunas, com grandes aplicações no mercado de capitais. Sobre isto, a Federação Única dos Petroleiros – FUP, abriu um processo na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Pedro Parente, que aguarda decisão.

Até o momento, o lucro acumulado até setembro de R\$ 5 bilhões, foi possível graças a um fator não operacional, que foi o lucro contábil apurado na venda da Nova Transportadora do Sudeste – NTS, de R\$ 6,98 bilhões.

O senhor chama a atenção para o fato do market share da Petrobrás também ter diminuído. Além disso, afirma também que a estatal só conseguiu lucro por conta da venda de ativos. Poderia comentar e explicar mais um pouco sobre isso?

No período de 2011 a meados de 2014, com a forte elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, a Petrobrás subsidiou o consumo no Brasil, fornecendo derivados no mercado interno a preços inferiores ao do mercado internacional. A grande mídia brasileira denunciou que a Petrobrás estava tendo perdas enormes. Valores foram divulgados indicando prejuízos de 40, 50 e até R\$ 90 bilhões para os cofres da Petrobrás, o que estaria aumentando seu endividamento. Nunca foi apresentada uma memória de cálculo.

Mas esta mídia, ferrenha defensora do capital estrangeiro, não estava preocupada com a Petrobrás. A preocupação era porque esta política diminuía o lucro da empresa e consequentemente o pagamento de dividendos para os especuladores estrangeiros. Esta política fazia uma transferência dos possíveis ganhos dos especuladores, para os consumidores brasileiros. O subsídio não impediu que a empresa registrasse elevados lucros no período, distribuindo dividendos e pagando participação aos funcionários.

Estimamos que a Petrobrás parou de aumentar os preços internos, quando o barril superou US\$ 90 no mercado internacional. Este preço base de barril a US\$ 90 é plenamente satisfatório para a Petrobrás. Mas os investidores estrangeiros, naturalmente, queriam o máximo. Se nos apoiarmos nos resultados apresentados no período 2011/2013, poderemos estimar que para cada R\$ 100 de subsídio concedido pela Petrobrás, apenas R\$ 12 deixaram de entrar no caixa da empresa, conforme a seguir :

$$\begin{aligned} \text{Subsídio} &= 100 = \text{Receita Bruta} \\ (19) &= \text{encargos (PIS, COFINS, CIDE, ICMS ETC)} \\ 81 &= \text{receita líquida} = \text{lucro líquido} \\ (36) &= \text{Imposto de Renda e Contribuição Social} \\ (29) &= \text{Dividendos} \\ (4) &= \text{PLR} \end{aligned}$$

12 = efeito na caixa da Petrobrás

(*) Dados baseados na média realizada no período 2011/2013

Fica claro que, para a Petrobrás, o efeito do subsídio não foi tão danoso como se propaga. Esta é mais uma forma da grande mídia difamar a Petrobrás, sem apresentar cálculos. A partir de meados de 2014, com a queda dos preços internacionais do petróleo, a situação se inverteu, o preço de venda no Brasil passou a ser superior ao do mercado internacional. Os brasileiros passaram a pagar pelos derivados de petróleo, um preço mais alto do que aqueles praticados internacionalmente. Ninguém apareceu para calcular quanto a mais a Petrobrás estava ganhando.

Mas esta política causa um efeito colateral, pois incentiva a entrada no mercado de importadores independentes, reduzindo o market share da Petrobrás, que sempre deteve praticamente 100 % do mercado brasileiro de derivados (principalmente diesel e gasolina) Em meados de 2016, a entrada de importadores independentes no mercado já era notada. Em outubro de 2016, com muita pompa e festa midiática, a recém empossada administração lançou uma nova política de preços que prometia manter os preços internos em paridade com os preços internacionais e o restabelecimento do market share da companhia.

A atual administração levou oito meses para perceber que nada estava funcionando. A companhia perdeu grande fatia de seu market share, colocando nossas refinarias na ociosidade. Em junho de 2017 uma nova política de preços foi lançada, prometendo corrigir os defeitos da primeira versão. Novo fracasso. Na apresentação dos resultados do 3º trimestre de 2017 tanto Ivan Monteiro, diretor financeiro, quanto Pedro Parente reconheceram que a Petrobrás continuava a perder seu market share, afetando os resultados.

Resumindo, a política de preços da atual administração é um verdadeiro desastre. Prejudica a Petrobrás e o consumidor brasileiro. Beneficia grandes importadores (Ipiranga e Shell). Coloca nossas refinarias na ociosidade, causando desemprego e perda de renda no Brasil, transferindo os ganhos para as refinarias americanas. A PGR acaba de abrir um processo contra a ex-presidente Graça Foster, pela política de preços na sua administração (2012/2015). Nos parece que a "flechada" da PGR está mirando o alvo errado.

Quais as mudanças na condução financeira da empresa poderiam ser feitas de moda a fortalecer a Petrobrás e, ao mesmo tempo, trazer benefícios ao mercado brasileiro?

Todas as grandes reservas de petróleo do mundo estão nas mãos de empresas 100% estatais. O objetivo é que estas empresas sejam utilizadas como suporte para o desenvolvimento de suas nações. Um exemplo claro é o da Noruega. Um estudo elaborado pela Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI) revelou que para cada R\$ 1.000 investidos pela Petrobrás, eram provocados investimentos de R\$ 600 em outros setores da economia brasileira. Com a descoberta do pré-sal, o melhor caminho teria sido o fechamento do capital da Petrobrás, retirando-a da participação em bolsa de valores.

As atribuições de uma empresa estatal são muitas vezes incompatíveis com as de uma empresa de mercado. Este conflito frequentemente é exposto na Petrobrás. Mas como já falei, o problema hoje é mais grave, pois o país é administrado por colonizadores que só pensam em explorá-lo, jamais em desenvolvê-lo. Alguém admitiria se a Vale descobrisse uma nova grande mina de minério no Brasil e resolvesse passar a concessão para sua concorrente BHP, alegando falta de recursos para explorá-la? Ora, a Vale simplesmente deixaria a mina fechada até que os recursos aparecessem. Mas a verdade é que recursos não faltam para quem tem uma mina e tecnologia para exploração.

Ocorre que com a Petrobrás tudo é possível, pois a grande mídia, alinhada com os interesses do cartel internacional, trabalha na formação de uma opinião pública contrária aos interesses da empresa e do próprio país. As reservas do pré-sal teriam de ser administradas e exploradas por uma empresa 100% estatal. A política de preços de derivados de petróleo no Brasil teria de ser estabelecida por uma empresa 100% estatal. A renda do brasileiro não é a mesma que a de americanos, canadenses e europeus. Por outro lado, o Brasil sofre oscilações cambiais que estes países não sofrem.

Recentemente a atual administração da Petrobrás reconheceu que não poderia manter a paridade dos preços internacionais com a gás de cozinha. Diante da informação da Petrobrás de que, a partir de janeiro, o preço do asfalto será reajustado mensalmente, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção (Cbic), Carlos Eduardo Lima, ressaltou que a medida causará desequilíbrio financeiro nos contratos de obras firmados, já que a revisão dos preços é prevista a cada 12 meses. Por enquanto os preços estão ainda relativamente baixos. Já imaginaram se o preço do barril subir de US\$ 60 para US\$ 90 e o câmbio passar de R\$ 3,30 para R\$ 4,00? Das duas uma, ou vamos ter subsídios, ou os brasileiros vão voltar a andar de charrete e cozinhar com lenha.

FONTE: PETRONOTÍCIAS

Aniversariantes mês de JANEIRO

Alvir Marques	05/01/2018
Ariosvaldo da Rocha	31/01/2018
Benedicto Francisco da Penha	24/01/2018
Camilo Gonçalves Filho	05/01/2018
Cristiane Regina Henriques	14/01/2018
Edson Golçalves de Almeida	04/01/2018
Elza Domingues dos Santos	10/01/2018
Eunice dos Santos	08/01/2018
Fernandina Nascimento de Souza	26/01/2018
Jeronimo Leite dos Santos	17/01/2018
João Carlos Araujo Santos	13/01/2018
Joel de Souza	15/01/2018
Jorcelina Barbosa de Oliveira	24/01/2018
Jose Fernandes dos Santos	23/01/2018
Jose Santos de Oliveira	02/01/2018
Marcelia da Silva Monteiro	16/01/2018
Maria Aparecida Gonçalves da Silva	29/01/2018
Maria das Neves Ramos	24/01/2018
Marta Moreira Rodrigues	23/01/2018
Mario de Souza	30/01/2018
Nilton Peixoto de Andrade	30/01/2018
Rachel de Souza Barão	30/01/2018
Raphael Silvestre da Silva	21/01/2018
Rosilene Tomas Aquinio da Silva	12/01/2018
Severina Joaquina de Luna	10/01/2018
Severino Jose de Oliveira	09/01/2018
Valdete do Espirito Santo Santos	03/01/2018
Vergilio Gonçalves	05/01/2018
Zilma da Costa Paiva	30/01/2018

OBITUÁRIO

É com muito pesar que noticiamos estes falecimentos.

A Diretoria da ASTAPE, e seus associados comungam com a dor de seus familiares.

Maura Lins	☆ 04/07/1931	† 31/12/2017
Antonio Adão Avila	☆ 11/08/1934	† 14/11/2017
Verluz Breves	☆ 14/06/1925	† 23/11/2017
Rosa de Souza Cunha	☆ 30/08/1925	† 04/01/2018



ASTAPE Jornal da Associação de Aposentados e Anistiados da Petrobras/Estado-RJ

Distribuição em todas as unidades da Petrobras e no Estado do Rio de Janeiro e Associados da ASTAPE

DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA

PRESIDENTE Genobre Gomes Lima	2º TESOUREIRO Mauricio Fabiano De Castro	1º DIRETOR DE PATRIMÔNIO Djalma De Freitas
VICE-PRESIDENTE Luiz Soares de Oliveira	1º PROCURADOR Nilton Peixoto De Andrade	2º DIRETOR DE PATRIMÔNIO Raimunda Maria Machado
1º SECRETÁRIO Luiz Carlos Martins de Souza	2º PROCURADOR João Carlos Araújo Santos	CONSELHO FISCAL Vergilio Gonçalves
2º SECRETÁRIO Odilon Lopes Duque	1º DIRETOR SOCIAL Maria De N. Costa Freitas	Moacir Ferreira De Lima
1º TESOUREIRO Adelino Ribeiro Chaves	2º DIRETOR SOCIAL Ivan Gomes Barata	Dejanir Rodrigues Bastos
		REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO Rosa Maria Paulo Bastos

Jornalista Responsável: Mingo Lobo

e-mail: mingolobo@dmgloboproducoes.com.br

Registro: Nº 0036571/RJ.

Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, 1995 - Salas 401 ao 404/501/503 - CEP: 25010-001
Centro - Duque de Caxias - RJ

Telefones: (21) 2671-5263 / 7274 / 2771-1801-Fax: 2672-2848

E-mail: astapecaxias@gmail.com | astape@astape.com.br | Site: www.astape.com.br
Sede Campestre: Rua A, 290 - Leque Azul - Mauá - Magé - CEP: 25900-000 Tel.: (21) 2631-0810

ASTAPE REALIZA POSSE FESTIVA DA DIRETORIA PARA NOVO TRIÊNIO 2017 À 2020 EM SUA SEDE CAMPESTRE

No último dia 21 de dezembro de 2017 em sua Sede Campestre, ASTAPE/RJ realizou a Posse da Nova Diretoria Eleita para os próximos três anos.

Estiveram presentes alguns Diretores e Funcionários e Associados que nesta data realizaram sua confraternização Natalina.

Postos avançados terão atendimento temporariamente reduzido até a primeira quinzena de fevereiro

Devido a mudanças nos contratos de prestação de serviços, de janeiro até a primeira quinzena de fevereiro de 2018, somente os Postos Avançados da tabela abaixo (anexo) estarão funcionando. O atendimento presencial estará disponível para esclarecimento de dúvidas e serviços que não estão no Botão Compartilhado.

Neste período, também em função das mudanças de contrato, os prazos para resposta às manifestações de empregados no Fale com a AMS, bem como de serviços prestados pela AMS, poderão ser superiores aos atualmente praticados.

Confira aqui os principais serviços de AMS que deverão ser solicitados exclusivamente pelo Botão Compartilhado:

- 1) Benefício Farmácia - Reembolso de medicamentos adquiridos em compras nas farmácias, sendo necessário anexar a Nota Fiscal/Cupom Fiscal e a receita médica.
- 2) Inclusão / Exclusão / Manutenção de Beneficiários – AMS - Inclusão / Exclusão / Manutenção de dependentes, conforme as regras de elegibilidade do RH/AMS.

3) Solicitações de reembolso de despesas médicas e odontológicas na livre escolha (até a normalização dos serviços, o prazo para processamento dos reembolsos será alterado, mas todos serão atendidos e nenhum beneficiário será prejudicado).

- a) Beneficiários das Regiões Nordeste e Norte: via Botão Compartilhado.
- b) Beneficiários das demais regiões: enviar a solicitação de reembolso para a chave: POAE ou pelo e-mail externo: postodeatendimentos@petrobras.com.br.

Importante preencher o campo assunto do e-mail com as seguintes informações: Reembolso Livre Escolha - Município – Nome do Beneficiário.

PETROBRAS/AMS tem novo padrão para beneficiários que pagam contribuições por boleto bancário

Em adequação às disposições da Lei 9656/98 (artigo 13, inciso II), a AMS promoveu alterações nas normas vigentes de forma a delimitar um período para que o beneficiário inadimplente mantenha o direito de retornar à AMS mediante quitação integral dos débitos.

A previsão normativa já indicava a suspensão do benefício, em caso de inadimplência, em um período superior a 60 dias, consecutivos ou não. Com esta alteração, caso o boleto em aberto não seja pago em um prazo máximo de 90 dias após a suspensão do benefício, o beneficiário e seus dependentes perderão definitivamente o direito de retornarem à AMS.

Vale ressaltar que o prazo definido para a suspensão definitiva é mais extenso que o disposto na legislação em referência, já que a Agência Nacional de Saúde permite a rescisão unilateral do contrato por não-pagamento da mensalidade por período superior a 60 dias. No caso da AMS, o contrato só será rescindido após 90 dias da data de suspensão.

COMUNICADO DA ASTAPE RECADASTRAMENTO MPOG/2017

COMUNICADO PARA OS ASSOCIADOS ANISTIADOS POLÍTICOS E PENSIONISTAS

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

O SECRETARIO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e III do art. 36 do Anexo I do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e considerando o que estabelece o Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012 e a Portaria MP nº 363, de 28 de novembro de 2016, resolve:

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Esta Orientação Normativa tem o objetivo de orientar os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos procedimentos relativos à atualização cadastral dos aposentados e pensionistas da União, bem como dos anistiados políticos civis e seus pensionistas.

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Orientação Normativa aos:

I - aposentados e pensionistas da União que recebem proventos de aposentadoria ou pensão à conta do Tesouro Nacional por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE; e

II - aos anistiados políticos civis e seus pensionistas, de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

Art. 3º A Atualização Cadastral será realizada em qualquer agência das Instituições Bancárias Credenciadas, das quais os aposentados, pensionistas e os anistiados políticos civis sejam correntistas.

Art. 4º O Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC fará a comunicação sobre a obrigatoriedade da atualização cadastral, por meio eletrônico, a todos os aposentados, anistiados políticos civis e pensionistas.

DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Art. 5º - A atualização cadastral será realizada anualmente, sempre no mês de aniversário, e é condição necessária para a continuidade do recebimento do provento, reparação econômica mensal ou pensão.

§ 1º - O aposentado, pensionista ou anistiado político civil deverá comparecer nas agências bancárias de que trata o caput do art. 3º desta Orientação Normativa, munido de documento oficial de identificação original com foto e CPF, para realizar sua atualização cadastral.

§ 2º - Na hipótese de possuir mais de um vínculo funcional, com recebimento do provento ou pensão em instituições financeiras distintas, o recadastramento deverá ser realizado apenas em uma agência bancária. As informações serão replicadas para os demais vínculos funcionais.

COMUNICADO IMPORTANTE AOS ASSOCIADOS

A diretoria da ASTAPE informa que mantém contrato de Prestação de Serviço de Assistência Funeral junto a **Rio Pax**, desde junho de 2007. Pedimos aos associados(as) que estejam em dia com sua mensalidade que nos envie **nome completo**, cópia da **carteira de identidade** e **CPF** do cônjuge esposo(a). A ASTAPE pagará o Plano Funeral para os seus associados(as) e cônjuges esposa(o), companheira(o).

O associado pode incluir seus dependentes pagará, taxa de **R\$15,00** (quinze reais) mensais, por cada dependente, que for incluso no auxílio funeral. Nos envie cópia da Identidade, CPF e o nome completo de cada dependente. Aqueles que já fizeram a inclusão de seus dependentes, favor desconsiderar o aviso.

Informamos a todos os Associados(as), os números dos telefones da **Assistência Funeral Rio Pax**, (Central de Atendimentos) **0800-726-1100** e **(21) 2187-1100** (24 horas) **0800-282-5672** e **(21) 2252-1000**, Maiores informações procurem a ASTAPE.

Atenciosamente, Genobre Gomes Lima - Presidente da ASTAPE